



PROCESSO Nº: 192/2016

ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF

ASSUNTO: Aposentadoria

EMENTA: Concessão de **aposentadoria** por invalidez qualificada de NOBERTO BROXADO DOS SANTOS, matrícula nº 72.865-9, CPF nº 145.337.231-87, no cargo de Professor, Classe A, Padrão 25-ADI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos do art. 40, §§ 1º, inciso I, *in fine*, e 3º, da CRFB, na redação dada pela EC nº 20/1998, combinado com os arts. 3º e 7º da EC nº 41/2003, e os arts. 186, inciso I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/1990, com as vantagens previstas no art. 1º da Lei nº 1.004/96, no art. 4º da Lei nº 1.141/96 e no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 1.864/98, de acordo com o ato publicado no DODF de 10.08.09 (fl. 48 – apenso), alterado pelo ato publicado no DODF de 20.08.09 (fl. 53 – apenso). Parecer do Controle Interno pela legalidade (fl. 68/69 – apenso).

- Decisão nº 3734/16 – diligência reiterada pelas Decisões nºs 6083/16 e 1634/17.

- **Decisão nº 4672/17** – notificação à pensionista para que sejam apresentadas razões de justificativa ou seja feita a opção por um dos benefícios pensionais.

- **Decisão nº 875/18** – solicitação à Jurisdicionada para apresentar documentação referente à compatibilidade de horários nos anos de 2005 e 2006. Sobrestamento da análise das razões de justificativa até o cumprimento da diligência.

- **Por considerar atendida a diligência e improcedentes as razões de justificativa apresentadas. Por Nova diligência.**

Senhor Diretor,

Tratam os autos de concessão de aposentadoria por invalidez qualificada do servidor NOBERTO BROXADO DOS SANTOS, com proventos integrais, nos termos especificados na ementa.

2. Destaca-se que, embora neste processo, se aprecie ato de aposentadoria, o servidor já faleceu, legando pensão civil à viúva MARIA DIAS BROXADO SANTOS. Registra-se que os Atos de Pensão e Revisão de Pensão estão cadastrados no SIRAC sob os nºs 14935-2 e 16665-9, atualmente com sugestão de sobrestamento.



3. Também menciona-se que o servidor, antes de falecer, encontrava-se aposentado no Cargo de Médico da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Tal concessão foi considerada legal pelo Tribunal no bojo do Processo nº 15.471/10. Além disso, a concessão da pensão decorrente foi também considerada legal no âmbito do Processo 21.314/12.

4. Por meio da Decisão nº 3734/16, reiterada pelas Decisões nºs 6083/16 e 1634/17, o Tribunal baixou este processo em diligência a fim de que a Jurisdicionada juntasse aos autos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que porventura entendesse necessárias, *in verbis*:

“1) documentação quanto à apuração acerca da compatibilidade de horários entre os cargos então exercidos pelo ex-servidor nas Secretarias de Educação e de Saúde do Distrito Federal;

2) cópia das folhas de ponto do ex-servidor, com as respectivas escalas de trabalho, **relativamente aos três anos que antecederam às aposentadorias** tratadas no feito em exame e no Processo nº 15471/10;” (Grifo nosso)

5. A Jurisdicionada manifestou-se quanto à diligência por meio da documentação de fls. 74/123 dos autos de nº 0080-000094/2009, bem como pela íntegra do Processo 0080-12194/2016, o qual foi instaurado objetivando o atendimento à diligência desta Casa. Tal resposta foi analisada por meio da **Informação DIAPES, de 04/08/17 (fls. 44/49)**, com destaque para os seguintes trechos:

“7. Transcreve-se excerto do parecer conclusivo da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos da jurisdicionada, quanto ao tema em foco, fls. 97 a 98 dos autos apensos de nº 080.012194/2016:

(...)esta Comissão analisou a frequência o servidor nos **três últimos anos anteriores à aposentadoria, (2007 a 2009)**, e verificou sobreposição de horários no cumprimento das jornadas nos dois vínculos, conforme segue:

- Janeiro – dias 02/03/05/23/24/29/30/31/2007. **(fls. 14 e 52);**
 - Fevereiro – dias 02/05/06/07/09/12/13/14/16/23/26/27/28/2017. **(fls. 15 a 53);**
 - Março – 02/05/06/07/09/12/13/14/16/19/20/21/2007; **(fls. 16 e 54);**
- A partir do mês de **Abril/2007**, registrou-se a seguinte situação:
- Abril/2007 – Trabalhou na SES e usufruiu Licença Médica na SEDF; (mês integral)
 - **De Maio/2007 na SEDF**, até a aposentadoria na SEDF, em 10/08/2009; Licença médica;
 - **De Maio a Julho/2007**: Trabalhou na SES e no mesmo período usufruiu Licença Médica na SEDF;
 - **De Agosto/2007**, até a aposentadoria na SES, em 14/10/2009: Licença Médica.

Por todo o exposto, não obstante a **licitude** quanto à natureza dos cargos, esta Comissão considera **ILÍCITA** a acumulação em comento, por não se enquadrar no § 3º da Lei Complementar nº 840/2011, e, ainda, no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, que versa sobre a compatibilidade de horários.

Há que se ressaltar, ainda, que conforme pesquisa no Sistema de Gestão de Recursos Humanos, o servidor sempre atuou nesta Secretaria no regime de 40(quarenta) horas semanais. Também, não foi localizado em seus assentamentos



funcionais, nenhum período com redução de carga horária. (...) (grifos/negritos presentes no original.)

8. Pelos fatos retronarrados, aventa-se ao colendo Colegiado considerar compridos – em sua integralidade – os termos da Deliberação nº 3734/2016, reiterada pelas Decisões nº 6083/2016 e nº 1634/2017.

9. Quanto ao mérito da concessão, resta claro – pelo parecer conclusivo da Comissão de Acumulação de Cargos da jurisdicionada, que a acumulação – que motivou precipuamente o questionamento objeto da demanda do Tribunal – ocorreu de forma irregular, quanto à vedação de sobreposição de horários, em flagrante descumprimento à normatização em vigor.

10. Note-se a ausência de suporte normativo à acumulação sob crivo, consoante explicitado no art. 45 da LC nº 840/2011, bem como no art. 37, XVI, da Carta Magna (esse transcrito a seguir).

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001).” (sem grifos/negritos, no original)

11. Caberia ao servidor que se encontra em situação de acumulação indevida de cargos a opção por um deles no prazo improrrogável de 10 dias, contados da data da ciência da notificação. A propósito, transcreve-se, a seguir, o dispositivo constante da LC nº 840/2011 que foca o assunto em voga:

“Art. 48. **Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação.**

§ 1º Em decorrência da opção, o servidor deve ser exonerado do cargo, emprego ou função por que não mais tenha interesse.

(...)

§ 3º **Se o servidor não fizer a opção no prazo deste artigo**, o setor de pessoal da repartição deve solicitar à autoridade competente a instauração de processo disciplinar para apuração e regularização imediata.

§ 4º Instaurado o processo disciplinar, se o servidor, até o último dia de prazo para defesa escrita, fizer a opção de que trata este artigo, **o processo deve ser arquivado, sem julgamento do mérito.**” (sem negritos, no original)

12. Tendo o servidor falecido em 21.12.2010, legando o benefício pensional para sua esposa, Maria Dias Broxado Santos, cabe notificar a pensionista para que apresente as devidas razões de justificativa, ante a possibilidade de este Tribunal considerar ilegal a presente concessão, em razão de incompatibilidade horária dos cargos exercidos pelo instituidor, ou faça a opção por um dos benefícios a que teria direito (SES ou SE). ”



6. O Tribunal, por meio da **Decisão nº 4672/17 (fl. 63)**, assim se manifestou:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 74 a 123 dos autos de nº 080-000094/2009 (apenso), do Processo nº 080-012194/2016 (apenso), bem como dos documentos que constam no sistema e-TCDF (e-doc 853AA2C6); II – considerar cumprida a Decisão nº 3734/16, reiterada pelas Decisões nºs 6083/16 e 1634/17; III – determinar à jurisdicionada que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: **1. notificar a pensionista Maria Dias Broxado Santos para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, apresente as devidas razões de justificativa, ante a possibilidade de este Tribunal considerar ilegal a concessão em exame, em razão da incompatibilidade horária dos cargos exercidos pelo instituidor, ou faça a opção por um dos benefícios a que teria direito (SES ou SE);** 2. caso a pensionista opte pela manutenção do benefício com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: a) tornar sem efeito a aposentadoria publicada no DODF de 10.08.2009, a concessão de pensão civil a Maria Dias Broxado Santos, publicada no DODF de 09.03.11, e a respectiva revisão de pensão, publicada no DODF de 22.07.14; b) anular, no sistema Sirac/Concessões, os atos de pensão civil (no 014935-2) e revisão de pensão civil (no 016665-9) relacionados na alínea anterior; IV – autorizar a devolução dos autos apensos ao órgão de origem, para a adoção das medidas de sua alçada”. (Grifo nosso)*

7. Registra-se que o Relator deste feito, no **Voto, de 21/09/17 (fls. 59/61)**, condutor da Decisão nº 4672/17, transcrita no parágrafo anterior, assim se manifestou:

“(…) o órgão jurisdicionado promoveu a juntada dos registros de frequência do ex-servidor Noberto Broxado dos Santos, em face da necessidade da análise da compatibilidade de horários da acumulação de cargos em que incorria.

Inicialmente, deve-se ressaltar que a norma constitucional evidencia a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos elencados na própria Constituição, e desde que haja a necessária compatibilidade de horários entre eles. No que concerne à definição do que vem a ser “compatibilidade de horários”, a despeito dos mais diversos estudos doutrinários acerca do alcance da referida expressão, notadamente no que tange à limitação de carga horária nos cargos acumulados, certo é que, de plano, tal dispositivo constitucional impossibilita a sobreposição de jornadas de trabalho por servidor que se enquadre nessa situação.

*Trazendo esse raciocínio para o caso ora em exame, compulsando os registros de frequência constante dos autos, tem-se que o **de cujus**, de janeiro de 2007 até a data da sua inativação (10.08.09), efetivamente trabalhou no cargo de Professor por apenas 3 (três) meses, sendo que, de abril de 2007 até a data da jubilação, esteve em gozo de licença para tratamento da própria saúde.*

Paralelamente, no cargo de Médico da SES/DF, gozou da mesma licença a partir de junho de 2007 até a data de sua aposentadoria por invalidez.

***Dessa forma, do período possível de análise, id est, 3 (três) meses (janeiro, fevereiro e março), constata-se que houve concomitância de jornadas de trabalho por todo esse entretempo.** Nesse passo, considerando que a ninguém é dada a possibilidade de estar ao mesmo tempo em dois lugares distintos, resta claro que houve prejuízo ao exercício de um dos cargos públicos cumulados pelo então servidor.*

Tal fato nos conduz à conclusão de que a situação vertente configura-se como típico caso de incompatibilidade de horários. Assim, diante de evidente violabilidade



concreta à condicionante compatibilidade horária – a fim de que seja considerada lícita a acumulação de cargos públicos permitida pelo ordenamento jurídico pátrio -, não vislumbro outra alternativa senão filiar-me às opiniões lançadas no presente processo, no sentido de a interessada carrear aos autos as suas razões de justificativa, caso julgue necessárias, objetivando, nesse caso, a manutenção dos dois benefícios pensionais, ou, desde logo, optar por um dos dois benefícios”. (Grifo nosso)

8. Em atenção à Decisão nº 4672/17, a interessada apresentou as razões de justificativa de fls. 65/70 (e-DOC 27D01FA1).

9. Ocorre que, após a Decisão nº 4672/17, o Tribunal, no Processo nº 34894/15 que tratou da Representação nº 4/2015, proferiu, em 14/12/17, a **Decisão nº 6069/17** (cópia à fl. 71), *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III – **uniformizar o procedimento de análise de concessões que contemplem acumulação de cargos, exigindo que a compatibilidade horária seja demonstrada em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores à aposentadoria;** (...)” (Grifo nosso)*

10. Dessa forma, tendo em vista que a análise da compatibilidade levada a efeito nos anos de 2007 a 2009 não está de acordo com as novas diretrizes do Tribunal, ou seja, não contempla os 5 anos anteriores à aposentadoria, sugeriu-se sobrestar a análise das razões de justificativa até que a Jurisdicionada encaminhasse a documentação necessária à análise da compatibilidade nos anos de 2005 e 2006.

11. Diante do exposto, o Tribunal proferiu a **Decisão nº 875/18 (fl. 92)**, *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a este Tribunal, em consonância com as diretrizes estabelecidas por esta Corte na Decisão n.º 6069/17 (Processo n.º 34894/15): 1) documentação quanto à apuração acerca da compatibilidade de horários entre os cargos então exercidos pelo ex-servidor nas Secretarias de Educação e de Saúde do Distrito Federal durante o período de 2005 e 2006; 2) cópia das folhas de ponto do ex-servidor, com as respectivas escalas de trabalho, relativamente aos anos de 2005 e 2006, tratadas no feito em exame e no Processo nº 15471/10; II – sobrestar a análise das razões de justificativa apresentadas pela pensionista Maria Dias Broxado Santos (fls. 65/70), até o atendimento das providências arroladas no item anterior; III – autorizar a devolução dos autos à Sefipe, para a adoção das medidas de sua alçada”.

DA DILIGÊNCIA

12. A Jurisdicionada manifestou-se quanto à diligência¹ por meio da documentação de fls. 108/121-v (encaminhada ao Tribunal por meio do Ofício nº 0207/2018- GAB/SEE, de 13/07/18), bem como de fls. 133/187 dos autos de nº

¹ Cujo prazo foi dilatado por meio do Despacho Singular nº 0184/2018 – GC/PT (fl. 97), encaminhado pelo Ofício nº 3606/2018-GP em 17/05/18 (fl. 98).



080.000081/2011 (encaminhada ao Tribunal por meio do Ofício nº 0193/2018-GAB/SEE, de 04/07/18).

13. Quanto ao **item I-1**, verifica-se que a Jurisdicionada não efetuou uma apuração detalhada da compatibilidade de horários entre os cargos da SE e da SES entre 2005 e 2006, mas apenas limitou-se à seguinte manifestação (fl. 160 do Processo nº 080.000081/2011): *“Não obstante a litude quanto à natureza dos cargos, esta Comissão, após análise das frequências, **mantém a ilicitude da acumulação no período indicado**, por não se enquadrar no §3º da Lei complementar nº840/2011 e ainda, no Inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, que versa sobre a compatibilidade de horários”*. (Grifo nosso)

14. Quanto ao **item I-2**, verifica-se que as folhas de ponto referentes ao período de 2005 a 2006 encontram-se às folhas:

- 137/159 do Processo nº 080.000081/2011 para a SE; e
- 164/185 do Processo nº 080.000081/2011 para a SES.

15. Ainda, quanto ao **item I-2**, as escalas de serviço na SES, entre 2005/2006, encontram-se às fls. 112/121-v dos presentes Autos.

16. Ademais, as seguintes informações foram prestadas:

- a) Despacho SEI-GDF SEE/SUAG/COREL, de 25/05/18 (fl. 136 do Processo nº 080.000081/2011): *“Informamos que após buscas não localizamos na documentação arquivada a folha de frequência referente ao mês 08/2005”*;
- b) Despacho SEI-GDF SES/SRSNO/DA/GP, de 15/06/18 (fl. 163 do Processo nº 080.000081/2011): *“Após juntadas as frequências do servidor NORBERTO BROXADO DOS SANTOS, matrícula nº 128.496-7 – Médico-Generalista, solicitadas (exceto 07/2005 e 12/2006 – que não foram encontradas), encaminho ao Núcleo de Escalas para juntada das escalas solicitadas no despacho 8866905”*; e
- c) Despacho SEI-GDF Nº 274/2018 - SES/SUGEP, de 10/06/18 (fl. 109 destes Autos): *“informamos que as escalas dos anos de 2005 e 2006 ainda não eram lançadas no sistema Trakcare e que não temos gestão documental dos arquivos desta época, conforme informado pela Gerência de Controle de Frequência e Escala desta Pasta”*.

17. De toda sorte, com a documentação encaminhada, este corpo técnico efetuou o detalhamento da compatibilidade horária entre 2005 e 2006, conforme fls. 122/145 destes Autos. Dessa sorte, pode-se considerar atendida a diligência determinada pelo item I da Decisão nº 875/18.

18. Conforme análise anterior, referente aos períodos de 2007/2009 (vide §§ 5º e 7º desta Informação), o Tribunal determinou fosse notificada a pensionista para que apresentasse as devidas razões de justificativa, ante a possibilidade de ser considerada ilegal a concessão da aposentadoria na SE, em razão da incompatibilidade horária dos cargos exercidos pelo instituidor na SE e na SES, ou optasse por apenas uma das pensões.



19. Neste momento, após a análise dos períodos de 2005/2006 (fls. 122/145 deste Processo), verifica-se que a situação de incompatibilidade não se altera. São diversas as sobreposições de jornada:

- **jan/2005 a jul/2005** – ocorre **sobreposição total**;
- ago/2005 – não foi possível a verificação por ausência de informações de SE;
- set/2005 – licença médica nos 2 vínculos
- **out/2005 a dez/2006** – **sobreposição de 20h semanais**.

20. Ainda que existam vários meses com sobreposição total de jornada e tantos outros com sobreposição de 20 horas, dado o tempo decorrido (mais de 10 anos), assim como o falecimento do servidor, fica difícil apurar a responsabilidade solidária das chefias à época, ainda que as folhas de ponto, nas duas jurisdições SE e SES, estejam assinadas tanto pelo servidor, quanto pelas respectivas chefias.

21. Por outro lado, verifica-se que nos últimos meses, antes das licenças médicas, o servidor passou a sobrepor 20 horas semanais como praxe, o que nos leva a perceber que, de sua jornada acumulada de 80 horas, **ele vinha efetivamente prestando apenas 60 horas**. Assim, pode-se sugerir que, alternativamente à opção por uma das duas aposentadorias, seja feita a redução de carga horária de 40 pra 20 horas em um dos dois vínculos, com redução proporcional de proventos, de modo a ajustar à concessão ao que vinha sendo efetivamente cumprido pelo servidor anteriormente a sua aposentadoria na SE.

22. Situação semelhante foi enfrentada no Processo nº 42.263/09, do qual consta a Decisão nº 6096/15, *in verbis*:

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – dar por cumprida a Decisão nº 4.629/13, reiterada pela Decisão nº 975/14; II – rejeitar as preliminares suscitadas (decadência e perda de objeto) e considerar improcedentes as razões de defesa apresentadas pelo interessado, haja vista que **não houve a comprovação do efetivo cumprimento da carga horária de 40 horas semanais como jornada predominante** dos últimos três anos anteriores à aposentadoria; III – determinar o retorno dos autos à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES, em nova diligência, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: 1) retificar, na Ordem de Serviço nº 171, de 10.08.09 (publicado no DODF de 14.08.09 – fl. 70 do apenso), o ato de interesse de José Silverio Assunção, para excluir do fundamento legal de sua aposentadoria o artigo 41, § 7º, da LODF, uma vez que esse dispositivo é habitualmente utilizado apenas para indicar o pagamento de proventos com base em jornada de quarenta horas semanais; 2) **elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 78 do apenso, para calcular os proventos com base na carga horária de 20h/semanais, haja vista que não restou efetivamente comprovado pelo servidor o cumprimento da jornada predominante de 40 horas semanais** nos últimos três anos anteriores à aposentadoria; 3) observar o reflexo da medida requerida no item anterior nos proventos atuais do servidor; 4) apurar, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente ao servidor (cálculo dos proventos com base em 40 em vez de 20h/semanais), ex vi o Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF e o art. 120 da LC nº 840/2011; IV – dar ciência desta decisão ao representante*



legal do interessado, no endereço constante da petição de fl. 254; V – autorizar o encaminhamento de cópia da documentação pertinente ao MPDFT, para as providências que julgar cabíveis, haja vista os indícios da prática de ato de improbidade administrativa. Vencido o Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, que manteve o seu voto”. (Grifo nosso)

23. A Decisão mencionada no parágrafo anterior foi reiterada recentemente pela Decisão nº 245/18. Em sua última análise no Processo nº 42.263/09, em 11/06/18, o corpo técnico deu notícia de que “Elaborou-se novo abono provisório, de fl. 496 – apenso aposentadoria, em atenção ao item 2. E procedeu-se à atualização dos proventos do aposentado, de acordo com o documento juntado à fl. 505 – apenso aposentadoria, reduzindo-se a carga horária semanal de 40 para 20 hs”.

24. Ademais, do Voto condutor da Decisão nº 6096/15, extraem-se os seguintes excertos:

“(…) Data venia, não me sinto à vontade para concordar com o Revisor. A Constituição Federal (art. 37, XVI) exige que, no exercício cumulativo de cargos, haja compatibilidade de horários. E essa compatibilidade, por óbvio, há de ser integral, sob pena, inclusive, de se desnaturar o próprio conceito de compatibilidade.

(…) não afirmei que o servidor compareceu nos dias e horários que assinou as folhas de ponto, até porque não há qualquer possibilidade de alguém estar em dois lugares ao mesmo tempo. Apenas considere que ele deveria, mas não o fez, ter prestado serviço nesses dias e horários.

(…) De fato, a jornada de 60 (sessenta) horas semanais no exercício de cargos acumulados é admitida tanto nesta Corte quanto no Judiciário, como são admitidas, embora se trate de assunto ainda polêmico, jornadas superiores. Todavia, não se dispensa, em nenhum dos casos, a comprovação da compatibilidade horária. Esta não é presumida pelo total da carga horária exercida em dois cargos. Por exigência constitucional, ela deve ser comprovada, qualquer que seja a soma das jornadas de trabalho.

(…) Peço vênia para novamente dissentir do Revisor, pois, pelas razões já externadas anteriormente, a incompatibilidade horária constatada nos autos não é de baixa materialidade. Ademais, a exigência da LODF para conceder o benefício dos proventos com base nas 40 horas semanais é a predominância dessa jornada de trabalho nos três anos anteriores à data da aposentadoria. E isso não restou demonstrado pelo interessado.

(…) Permito-me trazer à colação novamente a discussão travada no Processo nº 23703/11, quando o TCDF assim refutou essa mesma alegação: “Eventual omissão da chefia imediata não isenta o servidor do cumprimento integral da carga horária, visto ser esse um dos deveres funcionais previstos tanto na Lei nº 8.112/90 (art. 116, inciso X) quanto na Lei Complementar nº 840/11 (art. 180, inciso XII)”.

(…) Por outro lado, as mesmas motivações também já foram rechaçadas pela Corte. Isso ocorreu, por exemplo, no Processo nº 23703/11, que teve o próprio Conselheiro Manoel de Andrade como Relator. Lá, firmou-se convicção de que os proventos do interessado deveriam ser calculados com base em 20 horas semanais, da mesma forma por mim sugerida neste Voto”. (Grifo nosso)

25. Assim, diante de um cumprimento apenas parcial da jornada acumulada de 80 horas, sugere-se seja feita a redução dessa jornada em 20 horas (jornada conflitante), com reflexo nos proventos do servidor e, consequentemente,



na pensão. Assim, deverá a pensionista optar pela redução de 40 para 20 horas em uma das pensões, da SE ou da SES.

DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

26. Por meio do **item II** da Decisão nº 875/18, este Tribunal sobrestou a análise das razões de justificativa apresentadas pela pensionista Maria Dias Broxado Santos até o atendimento da diligência determinada no item I. Assim, passa-se neste momento processual a análise das alegações apresentadas.

27. A interessada apresentou as razões de justificativa de fls. 65/70, das quais se extraem os seguintes argumentos:

- a) já ocorreu a prescrição da pretensão punitiva do Estado;
- b) o servidor sempre declarou a acumulação dos cargos;
- c) as chefias assinaram as folhas de ponto;
- d) é responsabilidade da Administração avaliar a compatibilidade da acumulação;
- e) não houve instauração de PAD;
- f) o servidor, que sempre agiu com boa fé, não teve oportunidade de apresentar defesa ou fazer qualquer opção;
- g) 34 dias de sobreposição intercalados em 3 meses é fato que não possui materialidade suficiente para suprimir um dos proventos;
- h) deve-se buscar os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade;
- i) devido à doença qualificada, o servidor faz jus aos proventos integrais.

28. Ademais, cabe transcrever o seguinte trecho da defesa:

“Com efeito, não se pode punir o servidor público e seus dependentes (aqueles que recebem pensão), retirando dos mesmos uma de suas fontes de renda, por conta de 34 dias de sobreposição de horários, tendo em vista que atuou nos cargos durante um período de aproximadamente 31 ANOS como professor e 21 ANOS como médico, levando em conta a data de sua admissão.

(...)

Ora, uma punição mais razoável seria fazer um corte no ponto dos dias faltosos, ou seja, descontar os dias faltosos da remuneração do servidor ainda enquanto estava na ativa, valor que pode ser calculado e retornado aos cofres públicos. Retirar a pensão mensal, fonte de renda, da viúva do servidor, por outro lado, se mostra uma conduta extremamente desproporcional, levando em conta apenas os três meses de sobreposição de horários apurada neste processo.

Assim, para haver a retirada de uma das pensões por morte, seria necessária uma apuração muito mais extensa, que englobe todo o tempo de serviço do servidor, ou mesmo a grande maioria do tempo de serviço”.

29. Por fim, a pensionista alega, por meio de seu representante legal:

“Pelos argumentos declinados no decorrer deste documento, fica claro que a parte interessada não deseja abrir mão de nenhuma das pensões.

No entanto, caso os argumentos declinados não sejam aceitos pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, a Sra. Maria Dias Broxado Santos faz



opção pelos proventos oriundos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

30. Dos argumentos apresentados, observa-se que boa parte deles assemelha-se àqueles já enfrentados no Processo nº 42.263/09 (vide § 24 desta Informação). Além disso acrescenta-se:

- a) é pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal² no sentido de que a decadência de que trata o art. 54 da Lei nº 9.784/1999 não se aplica às Cortes de Contas quando do julgamento da legalidade da concessão de aposentadoria, reforma ou pensão. No âmbito deste TCDF, o Plenário, por meio da Decisão TCDF nº 1675/2003, prolatada no Processo TCDF nº 497/2002, considerou inaplicável o artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/99, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/01, quanto a obstar o exercício do controle externo a cargo deste Tribunal. Esse entendimento foi ratificado por meio das Decisões nº 1424/2004, 5417/2012 e 3997/14, exaradas nos Processos nº 5528/95, 905/2011 e 30771/12, respectivamente;
- b) o TCDF estabeleceu, por meio da Decisão nº 6069/17, que para a avaliação da compatibilidade horária das acumulações serão considerados os últimos 5 anos anteriores à aposentadoria (vide § 9º desta Informação). Assim não cabe a alegação de que seria necessária a averiguação de todo o tempo de serviço do instituidor (vide § 28 desta Informação);
- c) ainda que na defesa apresentada tenha sido mencionada a ocorrência de sobreposição em apenas 34 dias em 3 anos, verifica-se que com a ampliação do escopo de análise para 5 anos, **ficou bem clara a ocorrência de choque mensal de horários** (vide tabelas de 122/145 deste Processo). Os meses sem choque são aqueles em que o servidor estava de férias ou de licença médica. A sobreposição configurou-se como praxe;
- d) conforme §§ 25 e 29 desta Informação, verifica-se que deve a pensionista permanecer com a pensão decorrente da SES e ter a pensão decorrente da SE reduzida proporcionalmente para considerar uma carga horária de 20 horas semanais.

31. Dessa sorte, improcedentes as alegações apresentadas. Ademais, diante da opção da pensionista expressa na transcrição constante no § 29 desta

² Trecho do voto do ilustre Ministro Marco Aurélio no Mandado de Segurança nº 27966, julgado em 11.09.2012: *É pacífico o entendimento do Supremo no tocante à inaplicabilidade do artigo 54 da Lei nº 9.784, de 1999, ante a precariedade do ato de aposentadoria formalizado na origem.*

No mesmo sentido, o posicionamento da ilustre Ministra Carmen Lúcia, no Mandado de Segurança nº 25.697, julgado em 17.02.2010: (...) *A impetrante defende ter ocorrido a decadência do direito da Administração de rever seus próprios atos, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.784/1999. (...) O entendimento do Tribunal de Contas da União em suas informações, segundo o qual poderia rever o ato de aposentadoria da Impetrante, não diverge da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que é firme no sentido de que os atos administrativos complexos, tal como o que agora se analisa, somente se tornam atos perfeitos e acabados após seu exame e registro pelo Tribunal de Contas da União. (...) Não merece, pois, acolhida a alegação de que estaria exaurido o prazo para a Administração rever o ato de concessão da aposentadoria da Impetrante, se ainda não houve o respectivo registro. (...)*



Informação, os proventos da SE é que devem ser calculados com base em 20 h/semanais, sendo que os da SES permanecerão em 40 h/semanais.

OUTRAS QUESTÕES

32. Por meio do Ofício nº 261/2018 – 2ª VFPDF, de 08/06/18, o TJDFT comunica a esta Corte de Contas a respeito de decisão proferida no Processo nº 0701109-55-2018.8.07.0018, de autoria da pensionista, e solicita o envio de cópia destes Autos de nº 192/16. Tal solicitação foi atendida por meio do Ofício nº 187/208 – P/SEGECEX, de 26/06/18 (fls. 99/107).

33. Da decisão judiciária mencionada no parágrafo anterior (e-DOC 7071BF1D-c), destaca-se, *in verbis*:

*"Decisão: "Após reexaminar os autos, considero necessária a conversão do julgamento em diligência. Não se olvida que a garantia constitucional da inafastabilidade da jurisdição assegura ao cidadão o direito de submeter a simples ameaça ao seu direito ao conhecimento do Poder Judiciário. De um modo geral, é lícita a formulação de pretensões de caráter meramente preventivo. Não obstante, quando se trata de controle jurisdicional dos atos administrativos, algumas limitações institucionais do Poder Judiciário, derivadas da autonomia dos Poderes e da divisão de competência fiscalizatória impostas na Constituição Federal, devem ser observadas. Nesse contexto, destaco a precisa lição de Rafael Carvalho Rezende Oliveira sobre as modernas tendências da atuação judicial nos atos administrativos, em especial aquelas que tratam do a) predomínio do controle a posteriori em detrimento do controle preventivo e b) controle judicial primordialmente ablativo e não substitutivo. **Com efeito, a intervenção judicial solicitada pela parte autora na presente ação, caso implementada, inibiria completamente a atribuição que é conferida pela Constituição ao Tribunal de Contas. Afinal, o reconhecimento judicial da legalidade da acumulação de cargos implicaria forçosamente a declaração de licitude da aposentadoria e da pensão recebida pela demandante, tornando inócua a apuração instaurada pela Corte de Contas. Em casos como tais, o controle jurisdicional preventivo esvazia completamente a atribuição constitucional conferida precipuamente a órgão de controle administrativo, o que, a meu juízo, não se afigura correto, considerando as competências estabelecidas na CF/88.** Sob esse panorama, a fim de subsidiar a análise do interesse processual da autora e da necessidade de eventual abertura da fase instrutória, oficie-se ao Tribunal de Contas do Distrito Federal solicitando o envio de cópia do processo administrativo nº 192/2016. Com a juntada do documento, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias e, após, retornem conclusos. BRASILIA, DF, 7 de junho de 2018 16:22 :33. TARCISIO DE MORAES SOUZA Juiz de Direito Substituto". (Grifo nosso)*

34. Ademais, informa-se que a Ação foi julgada improcedente e encontra-se em sede de apelação. Da Sentença, de 16/07/18 (fls. 146/149), extrai-se:

"(...) No caso ora em apreço, observa-se que ainda não sobreveio o término do processo administrativo instaurado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal com o objetivo de apurar a legalidade do ato de concessão de aposentadoria ao ex-marido da parte autora. Até o momento, não se identifica nenhuma ilegalidade no processo administrativo sob exame, cujo trâmite atual visa à aferição de possível acumulação ilícita de cargos pelo



ex-marido da parte autora durante o período de atividade.

(...) O Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal, tem o dever de analisar a legalidade das concessões de aposentadorias e pensões. Portanto, pode tal órgão de controle rever os critérios e os requisitos legais para as aposentadorias e pensões. O fato de a Secretaria de Saúde, inicialmente, considerar legítima a cumulação de cargos, não impede posterior análise pelo TCDF. A apuração apontou possível sobreposição de horários, o que impediria a cumulação de cargos e, em consequência, de pensão por morte dele decorrentes. A questão ainda está sob investigação e análise do TCDF. A autora foi notificada para apresentar as devidas justificativas ou, se o caso, optar por uma das pensões.

(...) Assim, por tais fundamentos, não há se falar em extinção do processo administrativo n. 192/2016 em razão da morte ou da prescrição, ao contrário do que defende a parte autora.

(...) Não se verifica, nessa esteira, violação a quaisquer garantias processuais da autora no bojo do processo n. 192/2016-TCDF, o qual obedeceu aos princípios e regras aplicáveis ao processo administrativo.

Por fim, em relação ao mérito da futura decisão a ser proferida no processo administrativo (legalidade ou ilegalidade da acumulação de cargos e consequentemente da concessão de duas aposentadorias ao ex-servidor e de suas pensões à sua viúva – a parte autora), mostra-se incabível o controle jurisdicional nesta fase processual.

(...) Nesse rumo, apenas após a prolação da decisão pelo TCDF, em caráter posterior e repressivo, no processo n.192/2016, é que se mostra possível o controle jurisdicional da apreciação inicial do ato de concessão de aposentadoria e pensão (...).

(...) Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS e, por consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC". (Grifo nosso)

35. Assim, diante das transcrições acima, verifica-se que a existência de Ação Judicial neste caso concreto não demanda sobrestamento destes Autos, muito pelo contrário.

DAS SUGESTÕES

36. Diante do exposto, sugere-se ao Tribunal:

I) tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 0207/2018- GAB/SEE, de 13/07/18, e documentação anexa (fls. 108/121-v), bem como do Ofício nº 0193/2018- GAB/SEE, de 04/07/18, e documentação anexa (fls. 133/187 dos autos de nº 080.000081/2011), considerando atendida a diligência determinada por meio do item I da Decisão nº 875/18;

b) nos termos do item II da Decisão nº 875/18, das razões de justificativa de fls. 65/70, encaminhadas em atenção ao item III-1 da Decisão nº 4672/17, considerando-as improcedentes;

II) determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 61CAEF2F

Proc 192/2016

Fls.: 162

Proc.: 192/16

- a) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 58 do Processo nº 080.000094/09, para calcular os proventos com base na carga horária de 20h/semanais, haja vista que não restou efetivamente comprovado o cumprimento da jornada predominante de 40h/semanais nos últimos cinco anos anteriores à aposentadoria;
 - b) observe o reflexo da medida requerida no item anterior nos pagamentos à pensionista;
- III) dar ciência da decisão que vier a ser tomada ao representante legal da beneficiária;
- IV) autorizar a devolução deste Processo nº 192/16 à SEFIPE para continuidade do acompanhamento.

À consideração superior.

Brasília, 24 de setembro de 2018.

Liana Resende Brandão
Auditora de Controle Externo
Matr. nº 410-3